



Nota de Abertura

No dia 12 de setembro, pp, o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, proferiu o habitual Discurso sobre o Estado da União no Parlamento Europeu. Como vem sendo prática, este discurso ocorre durante o mês de setembro. Este ato permite ao Presidente fazer um balanço das realizações da Comissão no período correspondente ao ano que passou e definir as prioridades para o ano que se inicia. Neste discurso é, também, habitualmente delineada a forma como a Comissão tenciona enfrentar os desafios mais prementes que se colocam à União Europeia.

No último discurso, o Presidente expôs a sua visão sobre a forma como a União Europeia poderá evoluir até 2025. O discurso foi acompanhado de iniciativas concretas em domínios como o comércio, o escrutínio do investimento, a cibersegurança, a indústria e a proteção de dados. O discurso deste ano foi marcado pelos dois acontecimentos mais relevantes para a vida da União, que ocorrerão no primeiro semestre do ano que vem: as eleições europeias de 2019 e a saída do Reino Unido da União Europeia, antevendo as perspetivas sobre o futuro da União Europeia a 27, sendo mais uma vez acompanhado de novas propostas.

Depois do discurso, seguiu-se um debate em sessão plenária, que assinala o início do diálogo com o Parlamento Europeu e o Conselho, tendo em vista a elaboração do programa de trabalho da Comissão para o próximo ano. O discurso foi transmitido em direto na página de Facebook da Comissão Europeia, onde pode ser revisto.

PROF. DOUTOR ALFREDO BORBA
COORDENADOR DO
CENTRO DE INFORMAÇÃO
EUROPE DIRECT DOS AÇORES

BOLAS DE BRUXELAS

Mito #5: A UE é antidemocrática e gerida por burocratas não eleitos

O Parlamento Europeu representa os cidadãos europeus e é por estes diretamente eleito.

A Comissão Europeia propõe legislação, e o Parlamento Europeu, juntamente com o Conselho da União Europeia (reunião dos ministros dos governos de cada país da UE, em função da matéria agendada), procedem à votação.

É recorrentemente referido nos meios de comunicação social que “Bruxelas decidiu algo”, dando a impressão de que a UE é um clube elitista e distante. Pelo contrário, o processo de decisão europeu é complexo, mas certamente não é secreto nem pouco transparente. Desde 2006, a Comissão transmitiu todas as novas propostas e documentos de consulta diretamente



te aos Paramentos nacionais e convidou-os a responder. Se estes considerarem que uma proposta deve ser tratada a nível nacional ou a nível local, em vez de a nível europeu, podem votar para que

a proposta seja revista («cartão amarelo»).

A UE tenta envolver os cidadãos no processo de tomada de decisões e no debate. Todos podem influenciar a tomada de decisão – não apenas representantes de grupos de interesses. Todos os documentos da UE estão disponíveis em todas as línguas dos Estados-Membros. A Comissão criou um sítio Web multilíngue («Contribuir para o processo legislativo») em que os cidadãos e as partes interessadas (peritos, investigadores, empresas, ONG, sindicatos, associações de consumidores, associações da sociedade civil e outros) podem acompanhar as iniciativas e exprimir os seus pontos de vista.

Maioria dos europeus não quer que a hora mude

Os resultados preliminares de uma consulta pública da Comissão Europeia revelam que 84% dos europeus são a favor de acabar com a mudança bianual da hora. Um total de 76% consideram que a mudança de hora duas vezes por ano é uma experiência «muito negativa» ou

«negativa». O impacto negativo na saúde, o aumento de acidentes de viação ou a falta de poupanças de energia são os principais motivos apontados para a opção pela não mudança da hora.

Esta consulta, cujos resultados finais são esperados para breve,

recebeu respostas dos 28 Estados-Membros, sendo a mais participada de sempre.

A Comissão apresentará agora uma proposta ao Parlamento Europeu e ao Conselho, com vista à alteração das atuais disposições em matéria de mudança de hora.

Leite, fruta e legumes no regresso às aulas

Com o aproximar do início de mais um ano letivo, recomeça a distribuição de fruta, legumes e leite nas escolas da UE.

Este programa visa promover hábitos alimentares saudáveis junto das crianças, incluindo programas educativos específicos para sensibilizar para a importância de uma boa nutrição e explicar como os alimentos são produzidos.

A escolha dos produtos a distribuir baseia-se em considerações de ordem ambiental e sanitária, na sazonalidade, na variedade e na disponibilidade dos produtos. Os Estados-Membros podem encorajar



a aquisição de produtos locais ou regionais, os produtos biológicos, as cadeias de abastecimento curtas, os benefícios ambientais e

os sistemas agrícolas de qualidade.

Apesar de a participação neste programa ser facultativa, todos os Estados-Membros optaram por aderir, total ou parcialmente.

Todos os anos letivos são reservados 150 milhões de euros para a fruta e os legumes e 100 milhões de euros para o leite e outros produtos lácteos. No ano letivo 2017/2018, devido ao aumento do número de escolas participantes, mais de 30 milhões de crianças em toda a União beneficiaram desta iniciativa, para uma alimentação saudável.